

## A EDUCAÇÃO NO MEB E SUA INTERAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>1</sup>

*Leusa Alves de Moura Silva<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente texto é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a política democratizadora do MEB<sup>3</sup>. O problema parte das políticas educacionais implantadas pelo Estado no início da década de 1960, momento em que o MEB foi criado para fins de escolarização da massa de trabalhadores rurais, mas sua criação se desdobrou na formulação de políticas sociais mais amplas, gerando um grupo de trabalhadores rurais com um nível de conscientização que superou a tradicional escolarização de adultos. As análises aqui apresentadas partiram de referenciais como Wanderley, Castro, Amado, Brandão, Pessoa e outros. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa que se utilizou de fontes documentais: dentre eles os arquivos do MEB Nacional e Goiás, artigos de jornais e boletins informativos, cartilhas, entre outros. Após a análise dos dados encontrados constata-se que o MEB implantou um processo pedagógico democrático, incluindo alunos e monitores e foi um movimento que representou uma mudança da Igreja Católica, em relação aos trabalhos realizados com as classes populares. A partir do MEB, estes trabalhadores rurais conseguiram se organizar politicamente para a defesa de seus direitos e sua ação, juntamente com outros sujeitos, levou à conquista da ferramenta maior do trabalhador rural, o STR<sup>4</sup>. Enfim, a pesquisa indica a dimensão educativa dos movimentos sociais, mostrando a luta por direitos como forma de adquirir conhecimento.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação. MEB. Movimento social. Trabalhadores rurais.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura refletir sobre a relação da educação com o mundo do trabalho na zona rural na década de 1960, enfocando a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB). O MEB surgiu como uma proposta de educação de adultos desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, e que teve o apoio do governo federal. Procura compreender, ainda, a dimensão educativa do MEB, como movimento social,

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado para publicação na Revista Educação e Cultura em Debate.

<sup>2</sup> Graduada em História (UFG), Mestre em Educação (UFG), Complementação Pedagógica em Pedagogia (Instituto Wallon), Especialista em Docência em Educação a Distância – EAD (Unifan).

<sup>3</sup> Movimento de Educação de Base foi uma proposta de educação de adultos desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, com apoio do Governo Federal.

<sup>4</sup> STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

que se revela na atuação dos sujeitos envolvidos nesse processo educacional, superando uma visão tradicional de escolarização de adultos no campo.

A atuação do MEB demonstra como a educação, pelo processo de ensino-aprendizagem, influenciada pelos pensamentos de Paulo Freire (1921-1997), mudou a maneira de pensar de muitos trabalhadores rurais, tornando-os sujeitos críticos e ativos. Essa análise corrobora a hipótese de que esse movimento levava os trabalhadores a discutirem as suas experiências existenciais, sob o estímulo e orientação do monitor, remetendo-os a refletirem sobre seus problemas (por exemplo, arrendo da terra) para a investigação de suas origens no modo de organização da sociedade brasileira.

Segundo Beisiegel (1986), a educação popular, naquele contexto, para Freire, deveria estar relacionada à luta pela dignidade de todos os seres humanos, acreditando que o povo deveria controlar o seu próprio destino. A educação para Freire tinha uma realidade política, porque poderia ajudar a construir uma nova sociedade que viesse mudar a realidade do ser humano. O processo de aprendizagem de Paulo Freire foi utilizado no MEB, em razão de novas formas de trabalho desenvolvido pelo educador junto às classes populares, e que vinham ao encontro das propostas educacionais do catolicismo progressista. Gutiérrez (2000) elogiou o trabalho de Paulo Freire, descrevendo-o como um dos esforços mais criadores e fecundos realizado na América Latina.

Paulo Freire foi o mais importante dos intelectuais que estimularam novos processos de ensino-aprendizagem de educação popular, entre 1958 e 1964. Sua pedagogia salientava o respeito pelas classes populares e por suas capacidades. Criticava, veementemente, os elitistas que negavam que as *massas* tivessem capacidade crítica. Para ele, o principal propósito do educador deveria ser o diálogo com o analfabeto sobre situações concretas, e a ação educativa constituiu em oferecer aos educandos os instrumentos para que ele se alfabetizasse. Para esse educador, a alfabetização deveria ter como ponto de partida a situação de vida concreta, com a utilização de palavras do cotidiano do povo e não uma linguagem inacessível, intelectualizada (MAINWARING, 1989).

Levando em conta as várias leituras acerca do tema proposto na pesquisa, o processo de ensino de Paulo Freire conseguiu de fato não ser uma imposição, estabelecendo uma relação de igualdade na sociedade? O MEB conseguiu implantar um processo pedagógico democrático, que permitisse aos alunos desempenharem um papel central nesse processo? O MEB e Freire desenvolveram um trabalho de conscientização que foi capaz de levar o povo a enxergar seus problemas como parte de um todo? A intenção do MEB e de Freire de colocar em prática uma educação baseada na troca entre professores e alunos foi alcançada? O MEB foi fundado com o objetivo de trazer formação humana, política e educacional ao trabalhador rural, como se deu a sua aceitação junto a esse grupo de trabalhadores? Como os trabalhadores rurais organizaram-se politicamente, após a atuação do MEB, para a defesa de seus direitos?

O objetivo geral da pesquisa da qual derivou o presente texto foi a de analisar a política democratizadora do MEB identificando sua influência junto aos trabalhadores rurais, realçando os aspectos sociais, políticos, culturais e ideológicos. Para tanto, analisou-se o contexto social da década de 1960 observando os principais anseios dos trabalhadores do campo, bem como a política adotada para a solução de seus problemas, e como o MEB desenvolveu o seu trabalho para que fosse resgatada a dignidade do trabalhador rural.

Outros estudos, como os de Wanderley (1984), Castro (1992) e Amado (1991) contribuíram para a compreensão da atuação da Igreja Católica e do MEB. As análises de Brandão (1984), Pessoa (1999) mostraram a dimensão educativa presente nos vários movimentos sociais existentes e permitiram perceber o caráter educativo dos sindicatos que contribuem para a conscientização e politização dos sujeitos.

No aspecto metodológico, foram utilizadas fontes documentais, dentre elas, documentos primários, de diversas ordens, como os arquivos do MEB Nacional e do MEB-GO, da Arquidiocese de Goiânia, bem como artigos de jornais e boletins informativos e outros.

Para mostrar o enfrentamento das dificuldades encontradas no campo, no século XX, utilizaremos o papel do Estado e da Igreja Católica.

Descreveremos como se deu a educação de jovens e adultos na zona rural desenvolvida pelo MEB, na década de 1960, e como os sujeitos coletivos elaboraram suas estratégias de atuação para uma maior conscientização do trabalhador rural.

## **1. PAULO FREIRE E MEB: uma união que deu certo**

Em 21 de março de 1961, foi assinado um convênio entre o governo federal e a CNBB, instituindo o MEB, que, pela sua originalidade se tornou privilegiado dentre outros movimentos de educação popular. O governo federal forneceu recursos para a aplicação do programa, facilitou a concessão de canais radiofônicos e autorizou a requisição de funcionamento necessário para que o movimento atingisse os objetivos. A Igreja divulgava o programa na sua rede de emissoras católicas, comprometendo-se com sua implantação em áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste<sup>5</sup>.

A política educacional humanista adotada pelo MEB foi concretizada pela adoção do processo ensino-aprendizagem de Paulo Freire. MEB e Freire estavam atentos ao trabalho popular e comprometidos com a transformação da sociedade, enfatizando a conscientização, encorajando o povo a enxergar seus problemas em um contexto social mais amplo.

A Igreja popular começou a manifestar-se no processo de abertura vivido pela Igreja a partir do final dos anos de 1950, despertando sua consciência para os problemas sociais com iniciativas católicas na área de educação popular. A igreja popular teve sua prática pedagógica antecipada pelo MEB, que trabalhou com problemas concretos, atendendo as necessidades imediatas do povo. O MEB e Freire trabalharam na educação a troca entre professor e aluno. O professor partiria da compreensão popular do mundo, aprendendo com o povo. Por intermédio do MEB, a Igreja Católica no Brasil empreendeu a primeira tentativa de desenvolver prática pastoral voltada para a transformação das classes populares (MAINWARING, 1989).

---

<sup>5</sup> MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.

Paulo Freire teve destaque na atuação em educação popular no final dos anos 1950. No início de 1960, ele propôs um processo ensino-aprendizagem para que se pudesse alcançar uma educação libertadora, em que o desenvolvimento da leitura e da escrita não aparece separado da leitura do mundo, valorizando os conhecimentos que o aluno já traz de sua realidade. A nova roupagem que Paulo Freire deu à aprendizagem foi adotada pelo MEB. Carlos Rodrigues Brandão (1994) ressalta:

A questão é que Paulo Freire não propôs um método entre outros. Um método psicopedagogicamente diferente e, quem sabe?, melhor. Antes de fazer isso ele investiu aos brados com uma educação, contra outras. Por isso, depois de falar contra que educação a sua se apresenta e como é a educação em que ele crê, é preciso dizer contra que tipo de Mundo ele acredita em um outro, e por que crê que a educação que reinventa pode ser um instrumento a mais no trabalho de os homens o criarem, transformando este que aí está (p.15).

Freire procurava a participação popular no processo de aprendizagem levando o povo a ser sujeito ativo e não apenas absorvedor de conceitos. Portanto, a participação nas decisões do processo pedagógico deveria ser democrática, Freire valorizava a educação popular, porque ela criava um espaço democrático em uma sociedade desigual, mobilizando o trabalhador rural a lutar pela transformação da sociedade (MAINWARING, 1989).

O processo ensino-aprendizagem de Freire tinha o objetivo de retratar os desejos, os problemas e a realidade do trabalhador rural. Para isso concentra-se na pesquisa do universo vocabular desse trabalhador e para ele “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário (...), não pode ser imposta” (BRANDÃO, 1984, p. 21). Portanto, a grande preocupação de Paulo Freire era reconstruir um processo de alfabetização que representasse o cotidiano do trabalhador rural.

Brandão (1994) assinala:

Esta é uma das razões pelas quais este é um método que se constrói a cada vez que ele é coletivamente usado dentro de um círculo de cultura de educadores-e-educandos. E o trabalho de construir o repertório dos símbolos da alfabetização já é o começo do trabalho de aprender. Por isso ele deve envolver um máximo de pessoas da comunidade, do lugar onde serão formadas uma ou mais turmas de alfabetizandos. A ideia de uma de uma *ação dialogal* entre educadore-e-educandos deve começar com uma prática de ação

comum entre as pessoas do programa de alfabetização e as da comunidade . (...) É um trabalho coletivo, co-participado, de construção do conhecimento da realidade local: o lugar imediato onde as pessoas vivem e irão ser alfabetizadas (p. 24).

Brandão (1984) ainda ressalta que o objetivo da pesquisa do vocabulário consiste em revelar o modo como a realidade social se manifesta na vida, no pensamento e no imaginário dos seus participantes, afirmando-se como um ato criativo e não de consumo. A descoberta da vida pela fala deve ser um momento comum de descoberta.

No estado de Goiás, o MEB teve o desafio de recriar o processo de ensino-aprendizagem de Paulo Freire para as escolas radiofônicas porque o trabalho de alfabetização se processava por intermédio do rádio, com a ajuda dos monitores. Foi feito o levantamento de palavras geradoras em várias comunidades agrárias de Goiás onde o trabalho de alfabetização seria realizado. Benedito e Jovelina foram as duas primeiras palavras geradoras, nomes comuns de pessoas e que “sugerem a possibilidade de se imaginar um casal de ‘povo da roça’, uma família” (BRANDÃO, 1984, p. 34-35). O autor ainda destaca:

As palavras geradoras são instrumentos que, durante o trabalho de alfabetização, conduzem os debates que cada uma delas sugere e à compreensão de mundo (...) a ser aberta e aprofundada com os diálogos dos educandos em torno aos temas geradores, instrumentos de debate de uma fase posterior do trabalho do círculo (BRANDÃO, 1994, p. 39).

O conjunto didático Benedito e Jovelina era composto por pequenos textos em uma linguagem de fácil compreensão, com pequenas ilustrações e com as palavras geradoras. Esse processo de ensino-aprendizagem reconstruído nos moldes propostos por Paulo Freire adentrava a realidade dos alunos. As palavras geradoras passam a ter vida porque se relacionavam com o trabalho do aluno, sua dor e sua fome (FREIRE, 1996), possibilitando a construção de outras palavras que aguçam a discussão de outros temas como educação, família e cidadania. “Na verdade, criou-se um novo método, utilizando cartazes (para gravuras, famílias de sílabas e descoberta de novas palavras) e fichas (para o reconhecimento e decomposição das palavras e como resumo para os alunos)”, afirma Fávero (1984, p. 293).

Dessa forma o “instrumental do trabalho de alfabetização foi codificado, transformando em símbolos de uso no círculo de cultura” (BRANDÃO, 1984, p. 40). A equipe de trabalho foi treinada e estava familiarizada com os procedimentos metodológicos e sabia usá-los “com eficiência autônoma e criatividade” (BRANDÃO, 1984, p 41). Toda a experiência adquirida com o conjunto didático-pedagógico *Benedito e Jovelina*, produzido pelo MEB - Go, foi precursora de outros materiais didáticos usados em outros sistemas radioeducativos. O processo de ensino-aprendizagem, tal como propusera Paulo Freire, reflete a necessidade de uma educação libertadora a favor do oprimido buscando sua conscientização.

De acordo com Brandão (1994),

Por isso também o próprio método de alfabetização que Paulo Freire pensou, funciona de tal sorte que realiza, dentro do círculo de cultura, a prática do diálogo que o sonho do educador imagina um dia poder existir no círculo do mundo, entre todos os homens, aí sim, plenamente educadores - educandos de todas as coisas. Daí surge a própria idéia de conscientização, tão nuclear em Paulo Freire. Ela é um processo de transformação do modo de pensar. É o resultado nunca terminado do trabalho coletivo, através da prática política humanamente refletida, da produção pessoal de uma nova lógica e de uma nova compreensão de Mundo: crítica, criativa e comprometida. O homem que se conscientiza é aquele que aprende a pensar do ponto de vista da classe que reflete, aos poucos, o trabalho de desvendamento simbólico da opressão e o trabalho político de luta pela sua superação (p.108).

## 2. MEB: um movimento de educação entre outros movimentos

O trabalho realizado pelo MEB é reflexo de um contexto marcado por mobilizações populares que buscavam construir uma sociedade mais igualitária, mais justa. Wanderley (1984) classifica o MEB como um movimento histórico porque,

ele só foi o que foi precisamente por ter existido num momento de nossa história com as características apontadas para os planos econômico, político, cultural e social, determinantes de sua existência e das demais experiências então existentes, e que foram influenciadas por estas mesmas experiências (p. 34).

O MEB nasceu como um movimento da Igreja, mas que secularizou-se com os conflitos eminentes da atuação dos leigos que se contrapunham com a finalidade dos objetivos dos bispos, ou seja,

das atividades usuais de uma escola radiofônica, de educação sindicalista, de treinamento de lideranças convergiu para a edificação de um poder local e popular, de uma real democracia de base, da incorporação de um projeto político de transformação. De uma postura paternalista e idílica da pureza do camponês foi-se tomando consciência de como o capitalismo ia destruindo o seu mundo (WANDERLEY, 1984, p. 45).

O MEB colocou-se como força decisiva para a libertação do camponês, ao descobrir a leitura e o valor de suas práticas sociais, teve condições para atuar em prol de si mesmo e sua ação passou a gerar conflitos com os grandes proprietários de terra, com o clero conservador e outras autoridades.

Wanderley (1984) mostra o MEB como mediação no contexto histórico da Igreja Católica e aponta as contradições existentes e as novas contradições que surgiram em razão das práticas e elaboração do MEB: no plano econômico, prevalece a lógica do trabalho a negação da lógica do capital. No plano político, a democracia popular com tendência ao poder popular, negava a democracia liberal. No plano cultural, a primazia era dada à hegemonia cultural dos grupos populares negando a cultura dominante. No plano social, dava condições para se implantar uma democracia de base, valorizando o camponês e desenvolvendo as comunidades. Ao negar certos valores,

afirmava um mundo mais humano e justo, uma sociedade igualitária, um desenvolvimento dos homens em sua plenitude, formando sujeitos livres, ativos e responsáveis, e que conduzissem à libertação das classes populares (WANDERLEY, 1984, p. 46).

No plano nacional, o MEB era composto por um Conselho Diretor Nacional (CDN), formado por bispos e leigos. Nos estados, havia um Conselho Diretor Estadual (CDE), congregado por bispos das áreas onde havia o MEB. O bispo diocesano era responsável pela orientação do sistema local de sua área. Os leigos contavam com a orientação da Comissão Executiva Nacional (CEN), que dependia do CDN, que orientava e coordenava as Equipes Estaduais (EE) que, orientava, por sua vez, as Equipes Locais (EL).

O sistema radioeducativo atingia uma determinada área que se tornava responsabilidade de uma Equipe Local, encarregada de planejar, coordenar e executar o programa local de educação de base. Todas as atividades educativas eram divulgadas por emissoras, que eram colocadas à disposição pelo episcopado e que transmitiam os programas educativos.

O sistema apresentava similaridade em todo o país apesar de cada sistema local ter sua originalidade. Essa visão de conjunto é percebida no Relatório Anual do MEB (1963), no qual aparece toda a estrutura que o movimento seguia e as práticas que eram efetuadas onde quer que fosse instalado:

O Sistema Radioeducativo é constituído por uma rede de núcleos com recepção organizada de programas educativos especialmente elaborados, com supervisão periódica, com trabalho de comunidade e escola. Para o funcionamento desses Sistemas são necessários: - um estudo prévio da área em que se vai atuar, - a escolha e o treinamento de pessoal das próprias comunidades para a direção das atividades, - a realização de uma supervisão periódica que acompanhe o desenvolvimento das escolas e comunidades e a eficácia da programação... Teoricamente, cada Sistema deveria realizar o trabalho de produção e emissão de programas, mas há Sistemas em que as equipes utilizam a programação de um Sistema próximo por não disporem de emissora... Para elaborar seu programa de atuação, a Equipe Local empreende um levantamento da área a ser atingida, usando técnicas de estudo da área. Durante este trabalho, as comunidades são, ao mesmo tempo, motivadas para participarem da ação educativa do MEB, enquanto a equipe colhe dados para a seleção de futuros animadores voluntários das comunidades. Delimitada a área de atuação, a Equipe Local treina os futuros animadores e planeja, com eles, o trabalho a ser executado. Iniciada a ação, a Equipe mantém contatos constantes com as comunidades em que se desenvolve o programa, supervisionando e coordenando todo o trabalho ( MEB NACIONAL, 1963, p.16).

Segundo Wanderley (1984), a programação das aulas radiofônicas seguia alguns critérios básicos. A alfabetização e linguagem eram dirigidas especificamente aos jovens e adultos camponeses, mas essa composição era heterogênea, uma vez que 65% dos alunos tinham entre 15 e 30 anos segundo dados de 1963 a 1964. A alfabetização foi desde o início integrado à conscientização. Os livros de leitura globalizavam as matérias e traziam mensagens de valorização do homem, de sua cultura e de seu papel diante da realidade brasileira. Toda a comunidade participava de meios para a manutenção das escolas radiofônicas (carga de pilhas, fichas de matrículas,

quadro-negro, lapiões etc) fazendo rifas, leilões e trabalhos coletivos. A aritmética era aplicada com problemas enfrentados no cotidiano do lavrador para facilitar o desenvolvimento do cálculo e gradativamente era introduzida a aritmética simbólica, gráfica. Noções de saúde também eram transmitidas, utilizando-se de recursos “próprios e para evitar soluções diretivistas, orientavam-se para a solução preventiva e não curativa” (WANDERLEY, 1994, p. 55). Havia também a programação referente à atividade agrícola onde o trabalho coletivo era valorizado. Programas especiais dedicados aos monitores e à comunidade eram elaborados e abrangiam religião, atividades para as férias, arte popular etc. Todas as programações eram produzidas pelas equipes e emitidas pelas emissoras, e houve casos em que membros das comunidades, monitores e alunos participavam dos programas e até mesmo de sua produção.

Os treinamentos eram muito importantes para manter o bom funcionamento da estrutura montada para o desenvolvimento das escolas radiofônicas. Os treinamentos, segundo Wanderley (1994) objetivavam:

elevar o nível dos líderes das comunidades, dos monitores e das equipes, com uma seqüência que dependia das avaliações feitas sobre todo o processo nos Sistemas, e na busca de respostas aos problemas da realidade, bem como gerando condições para que os participantes assumissem os múltiplos trabalhos. Com a Animação Popular, eles foram forçados a propiciar atitudes críticas, desejo de mudança numa hierarquia de valores, conscientes da realidade brasileira e da necessária transformação desta realidade. Esses treinamentos, organizados sistematicamente em maior ou menor grau, serviam de fontes de abastecimento para impulsionar a ação, porém o treinamento resultante da convergência das várias práticas, cotidianamente, é que produzia os efeitos mais efetivos e de difícil mensuração ( p. 57).

Uma supervisão periódica era feita às comunidades a fim de verificar se a programação estava adequada à situação local e para proporcionar uma comunicação direta com os alunos e as comunidades. A supervisão constituiu-se em uma forma participação e integração das equipes com a base. Dessa forma as equipes locais eram apoiadas pelas equipes estadual e nacional, por meio de treinamentos, encontros etc.

As carências na alfabetização foram percebidas e ficou prevista uma maior integração da escola com a comunidade, surgindo as iniciativas de

cooperativismo e de artesanato. O sindicalismo passou a ser visto como uma nova proposta de conscientização do camponês.

Segundo Wanderley (1984),

um salto qualitativo foi dado com a “educação sindicalista”, ou seja, a presença do MEB no processo de sindicalismo rural, que foi sobrepondo-se às vezes, ao trabalho simplesmente educativo. Tudo isto alterou a própria programação radiofônica que mudou o conteúdo das aulas e dos programas, buscando responder à altura as novas exigências postas pelos movimentos. Os treinamentos e estudos foram crescendo em consistência e aprofundamento, avultando os temas sobre educação, subdesenvolvimento, conscientização, cultura, consciência histórica, sentido das transformações, povo como sujeito das mudanças (p. 58).

Este foi um momento muito importante na história do MEB, pois revelou aos camponeses o verdadeiro sentido da luta pelos seus direitos. Pela ação de sindicatos foi plantada a semente para uma nova consciência do camponês, ou seja, a partir daí o homem do campo pôde perceber que a organização e a soma de forças lhe davam condições para enfrentar as dificuldades que os cercavam.

Wanderley (1984) salienta que o trabalho de sindicalização rural se transformou numa pedra de toque do processo educativo do MEB, visto que o sindicalismo passou a influenciar as equipes dos sistemas radiofônicos nas programações das aulas, nos treinamentos, exigindo mais dos agentes. A programação das aulas dava explicações sobre o sindicalismo rural, trabalhando com idéias que evidenciavam a luta sindical tradicional, mas mostravam que diante da situação do campo qualquer instrumento de organização era um ganho.

Esse processo de mudança no MEB com a introdução do sindicalismo na luta pela conscientização do homem do campo fez que os agentes amadurecessem diante das modificações internas e externas no movimento, mas acabou trazendo divergências e dando uma tonalidade mais complexa aos objetivos do movimento. Entretanto, prevaleceu a proposta de o movimento voltar-se para uma educação que pudesse levar os alunos e a comunidade à ação, dessa forma, o sindicalismo rural foi privilegiado.

Ao analisar o MEB em Goiás, Amado (1991) salienta que seu início se deu em setembro de 1961, quando foi instalado em Goiânia o Sistema

Educacional Tele-Radiofônico de Goiás (Setergo), por meio da Rádio Difusora, que funcionava em caráter experimental. O MEB atuou em trinta municípios goianos.

Também em Goiás, o MEB mudou a sua orientação a partir de 1963, criando o setor de sindicalismo rural no seu interior tendo atuação na fundação de sindicatos rurais. A Equipe de Sindicalização atuou de acordo com a metodologia do MEB, respeitando as aspirações dos grupos populares. Entretanto a proposta de se organizar por meio de sindicatos não foi posta pelos trabalhadores, mas pelos agentes do setor de sindicalização que a encaminharam aos trabalhadores rurais. A estrutura do movimento foi utilizada para o trabalho de sindicalização (CASTRO, 1992).

Conhecer o funcionamento das escolas radiofônicas é fundamental para um melhor entendimento da atuação do MEB. Uma escola radiofônica necessitava de uma estação de rádio para transmitir a programação das aulas. Havia uma equipe central cujos integrantes supervisionavam e coordenavam as escolas, preparavam monitores, promoviam cursos, elaboravam e ministravam as aulas. Em Goiânia, sob a coordenação de Maria Alice Martins de Araújo, havia sete pessoas (AMADO, 1991).

A aprendizagem ocorria em qualquer lugar (casa, escola), e o monitor completava o que não podia ser feito pelo rádio. Para acompanhar as aulas, o aluno deveria ter mais de quatorze anos, e aprenderia a ler, a escrever, higiene, agricultura etc. As aulas eram ministradas à noite.

Segundo Amado (1991) Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia, solicitava colaboração e apoio, para viabilizar o funcionamento das escolas radiofônicas nas paróquias. O autor ressalta os ganhos da Igreja Católica com a atuação do MEB:

Ganhou a Igreja Católica, ampliando a potência de suas emissoras de rádio, fazendo-se escutar pela grande massa, reforçando o poder hierárquico (mas levando a maturação o laicato católico) mantendo o prestígio e a força social diante do Estado e servindo-se da modernização dos meios de comunicação para garantir a sua evangelização (AMADO, 1991, p.170).

O mesmo autor conclui que a ação da Igreja Católica comporta nuances próprios e sutis, sendo percebidos quando se adentram as *obras sociais* ou

quando se visualizam sua ação geral e sua ação especializada, no caso o MEB e as escolas radiofônicas.

Ao analisar o MEB em Goiás, Duarte (1998), assinala a criação do setor de Sindicalismo rural, com um trabalho político desenvolvido com uma metodologia, em que se respeitavam as aspirações e iniciativas dos grupos e comunidades.

Pessoa (1999) analisa que por trás da rapidez na criação dos sindicatos, após sua regulamentação, estava a atuação do Estado, do Partido Comunista e da Igreja Católica. Na área de ação da Igreja encontrava-se o MEB, que atuou decididamente no sindicalismo rural, saindo da tradicional alfabetização radiofônica. Castro (1992) igualmente salienta:

A atuação na organização dos trabalhadores é então disputada pelo governo estadual, por partidos políticos clandestinos e pela Igreja Católica. A lógica da corrida era assegurar liderança entre os trabalhadores e controle do processo político no campo (p. 51).

Pode-se então perceber a ligação do MEB com o sindicalismo rural, que surgiu a partir de sua reestruturação e do contexto de abertura ao sindicalismo no Brasil. A Igreja objetivava disputar com outras entidades a criação e o controle dos sindicatos, pois eles se tornavam emergente na legislação.

O MEB tornou-se uma “forma de participação política da Igreja junto às camadas populares” (Castro, 1992, p. 54). A autora mostra a preocupação coletiva do governo e da Igreja em combater o subdesenvolvimento e como a proposta inicial do MEB mudou, surgindo uma inovadora comunicação com as massas.

Segundo a análise de Castro (1992), o objetivo do MEB era a formação de adultos e adolescentes, dando-lhes a possibilidade de se conscientizarem de sua dignidade de homens feitos a imagem e semelhança de Deus, despertando para seus problemas, buscando “soluções comunitárias para uma mudança de situação”.

A implantação do MEB em Goiás deu-se, sobretudo em virtude de participação marcante de Dom Fernando Gomes dos Santos. Ele foi importante no processo de estruturação do movimento que se conduziu por *influência* de sua *personalidade*. Segundo o depoimento de Parcival Moreira Coelho (monitor

do MEB) colhido por Castro (1992), o MEB só foi o que foi pela presença de Dom Fernando, que trouxe o movimento para Goiás, por ideal e não para jogar a Igreja no seio da massa. O depoimento de Oscavu José Coelho também monitor do MEB, destaca o compromisso assumido por Dom Fernando e seu empenho na implantação do MEB. Castro (1992), ao analisar a *virada do MEB*, mostra que a participação da população alvo estava intimamente relacionada a esse processo e destaca:

Dentro do conceito de educação de base, o MEB, procurava a princípio, divulgar conhecimentos relativos aos principais aspectos da vida humana: alfabetização e cálculo, educação sanitária, noções práticas de saúde, higiene, agricultura, formação para o trabalho, economia doméstica, educação cívica, religião. (...) Até 1962, o MEB vai produzir em maior extensão as experiências iniciais com maior apuro técnico. A partir do final de 62, as mudanças no pensamento cristão decorrentes da mobilização político-ideológico do período vão se refletir no MEB, que passa a buscar uma nova metodologia (p. 99).

A nova metodologia do MEB contava com a participação ativa de toda a comunidade atingida. Os problemas comuns da população passaram a ser enfocados, levando a uma *percepção crítica da realidade*, e o MEB-GO passou a estruturar melhor sua metodologia de trabalho. A Equipe Central e os monitores passaram a trabalhar de forma integrada tendo como base as aulas radiofônicas, supervisão, programas de sábado e o encontro (CASTRO, 1992).

As aulas radiofônicas e a supervisão adquiriram uma maior agilidade com uma proposta pedagógica que abrangia toda a comunidade. A supervisão melhor equipada e com maior duração possibilitou um contato mais proveitoso para monitores e alunos e para a Equipe Central, que adquiriu novos dados e maior conhecimento das pessoas e lugares com quem e onde trabalhava e na tentativa de tornar-se mais dinâmica passou a utilizar um questionário para levantamento de área, aproveitando o momento para fazer debates sobre pessoa, trabalho e cultura. Os monitores recebiam material didático e de fundamentação, para que o trabalho não se limitasse ao período de supervisão. Para que houvesse uma maior participação da comunidade a supervisão passou a ser feita com alunos de várias escolas reunidas em um mesmo local.

O MEB em Goiás atuava em três pontos específicos: *conscientização, mudança de atitude e instrumentação das comunidades*. Esses pontos foram atingidos por estratégias de comunicação, que às vezes iam além das escolas radiofônicas, levando o movimento a um papel político de organização da comunidade. Uma dessas estratégias foram as atividades de animação popular nos encontros de comunidade.

A grande mobilização demonstra a tentativa de implantação de um processo pedagógico democrático entre os trabalhadores rurais, pois permitia que eles desempenhassem um papel nesse processo, não apenas como meros alunos passivos, mas engajando-se nas lutas pelas transformações estruturais do país. A Igreja que se contrapunha ao discurso da esquerda também tinha um discurso que contraditoriamente levantava bandeiras de expressão de esquerda em função da realidade em que ela se encontrava.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como toda pesquisa, o trabalho iniciou-se com alguns objetivos e hipóteses que foram se transformando com o decorrer das leituras. Pretendia-se estudar a relação da educação com o mundo do trabalho na zona rural, bem como a sua interação com outros movimentos sociais, buscando a dimensão educativa democratizadora do MEB como movimento social. O objetivo geral da pesquisa era analisar a política educacional do MEB, trabalhando com a hipótese de que essa política, implantada em uma sociedade não-igualitária, foi educacional e democratizadora.

Com o decorrer da pesquisa, identificou-se a relação do MEB com o Setor de Sindicalismo Rural, que ocorreu desde a sua reestruturação no contexto de abertura ao sindicalismo no Brasil. A Igreja, bem como outras entidades, passaram a disputar a criação e o controle dos sindicatos, uma vez que, por seu intermédio, havia uma maior possibilidade de contato com as massas. O MEB, então, transformou-se em uma ponte que ligava a participação política da Igreja com as classes populares, e passou a atuar

decididamente no sindicalismo rural, saindo da tradicional alfabetização radiofônica.

Foi analisada a ação dos sujeitos que atuaram no MEB. As pesquisas realizadas, apesar de tratá-lo como um de um movimento educacional, permitiram perceber os problemas inerentes à questão da terra, ao sindicalismo e à exploração dos trabalhadores no campo. A proposta inovadora e de conscientização do camponês que o MEB desenvolveu foi de fundamental importância para a organização daqueles trabalhadores, que passaram a perceber-se como seres humanos dotados de direitos.

É interessante não perder de vista a ação complexa e mediadora do MEB em relação aos trabalhadores rurais. A luta social dos trabalhadores constitui uma prática político-pedagógica e são eminentemente educativas, pois nelas há aquisição de conhecimento. O papel educativo do MEB não se resumiu a uma escola, mas a um aprendizado social gerado pela luta. O MEB foi um movimento que extrapolou o âmbito institucional do sistema formal de educação, fazendo uma junção entre prática pedagógica e ação política. Entretanto, isso não significou a inexistência, no interior do movimento, da dissociação entre processo pedagógico e prática política. Apesar dessas duas práticas não se restringirem a um *locus* determinado, sempre houve uma tendência em fazer essa dissociação, levando a práticas estéreis. Não se pode reduzir essas duas práticas a espaços determinados, pois um trabalho educativo sempre terá um cunho político.

Ao estudar o MEB, buscou-se uma maior compreensão dos problemas que envolveram a educação em um contexto de desigualdade social. O MEB implantou um processo pedagógico democrático que possibilitou aos alunos e monitores desempenharem um papel central nesse processo. Esse movimento ainda foi capaz de representar uma mudança na Igreja Católica, no que se refere ao trabalho realizado junto às classes populares, levando o povo a enxergar seus problemas como parte de um todo.

O MEB foi ainda capaz de colocar em prática uma educação baseada na troca entre monitores e alunos, visto que foram implantadas várias organizações comunitárias, que visavam uma maior integração não somente entre monitores e alunos, mas também entre toda a comunidade. O trabalho de

formação humana, educacional e política, desenvolvido pelo MEB, teve uma grande aceitação no grupo de trabalhadores rurais, uma vez que, ao se organizarem politicamente, continuaram na luta para a defesa de seus direitos durante e após a extinção do MEB.

O MEB teve um papel importantíssimo na formação dos monitores, que, por sua vez representavam o elo entre os programas educativos do rádio e as escolas radiofônicas, constituindo o elemento ativo e articulador dos alunos e a escola. Eram formados não somente para a capacitação, mas também e, sobretudo, para o trabalho de conscientização em um nível mais crítico, sendo abastecidos para impulsionar a ação e adquirir segurança ao desenvolverem o seu trabalho. Dessa forma, todo esse trabalho de treinamento que o movimento oferecia aos monitores, representava a *semente na terra*, que impulsionou uma forte atuação que permaneceu viva.

Fávero (1984), ao analisar a prática educativa do MEB, toma como ponto de partida que a sua “ideologia não se explicita somente no discurso; explicita-se, sobretudo na prática” (p.8). E é justamente a prática que sobrepõe ao discurso que levou os sujeitos que atuaram no MEB a continuarem a sua ação política no sindicato.

**ABSTRACT:** The present text is the result of research that aimed to analyze the democratizing policy of MEB. The problem starts with the educational policies implemented by the State in the early 1960s, when the MEB was created for the purpose of schooling the mass of rural workers, but its creation unfolded in the formulation of broader social policies, generating a group of rural workers with a level of awareness that surpassed traditional adult schooling. The analyzes presented here came from references such as Wanderley, Castro, Amado, Brandão, Pessoa and others. The methodology used was qualitative research that used documentary sources: among them the archives of MEB Nacional and Goiás, newspaper articles and newsletters, booklets, among others. After analyzing the data found, it appears that the MEB implemented a democratic pedagogical process, including students and monitors, and it was a movement that represented a change in the Catholic Church, in relation to the work carried out with the popular classes. From the MEB, these rural workers were able to organize themselves politically to defend their rights and their action, together with other subjects, led to the conquest of the greatest tool of the rural worker, the STR. Finally, the research indicates the educational dimension of social movements, showing the struggle for rights as a way of acquiring knowledge.

**KEYWORDS:** Education. MEB. Social movement. Rural workers.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Wolmir Therezio. **A Igreja Católica e a questão agrária em Goiás, na década de 50 e meados de 60**, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1991.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. *In*: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil republicano. Economia e Cultura (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 383-416.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTRO, Ruth Cavalcante G. de. **MEB – uma estratégia de comunicação com o homem do campo**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1992.

DUARTE, Elio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações contemporâneas em Goiás**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

FÁVERO, Osmar. Referências sobre materiais didáticos para educação popular. *In*: **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 283-304.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação – perspectivas**. Trad. Yvone Maria de C. T. da Silva e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOVIMENTO de Educação de Base (MEB). MEB Nacional. **Documentos de Roma**. Rio de Janeiro, nov. 1963. Datilografado.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar – educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984.